

A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA DAS PRÁTICAS CULTURAIS PARA A AMÉRICA LATINA: A AÇÃO DO COORDINATOR OF INTER-AMERICAN AFFAIRS

Wallace Lucas Magalhães¹

Resumo

Este artigo busca analisar a dimensão geopolítica das ações do *Coordinator of Inter-American Affairs* (CIAA), escritório criado para o desenvolvimento de relações comerciais e culturais entre as repúblicas americanas. Ligado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA), a atuação da agência, então liderada por Nelson Rockefeller, era direcionada à consolidação da hegemonia americana nos países do chamado *Terceiro Mundo* via práticas culturais. No cenário instalado com a iminência da Segunda Grande Guerra, programas culturais, pautados na educação e no cinema, por exemplo, assumiram importante papel no estabelecimento dos interesses norte-americanos na América Latina.

Palavras-chave: Geopolítica, América Latina, CIAA.

LA DIMENSIÓN GEOPOLÍTICA DE LAS PRÁCTICAS CULTURALES PARA AMÉRICA LATINA: LA ACCIÓN DEL COORDINATOR OF INTERAMERICANO AFFAIRS

Resumen

Este artículo busca analizar la dimensión geopolítica de las acciones del Coordinador de Inter-American Affairs (CIAA), una oficina creada para el desarrollo de relaciones comerciales y culturales entre las repúblicas americanas. En el Departamento de Estado de Estados Unidos, la actuación de la agencia, dirigida por Nelson Rockefeller, estaba dirigida a la consolidación de la hegemonía estadounidense en los países del llamado Tercer Mundo a través de prácticas culturales. En el escenario instalado con la inminencia de la segunda guerra, programas culturales, pautados en la educación y en el cine, por ejemplo, asumieron un papel importante en el establecimiento de los intereses norteamericanos en América Latina.

Palabras-clave: Geopolítica, América Latina, CIAA.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Contato: luckasoab@yahoo.com.br

Introdução

A dinâmica das relações de dominação ao longo do século XX nos apresenta um conjunto multifacetado de processos ligados à construção e consolidação da hegemonia norte-americana. Pensá-lo apenas sob o viés econômico-militar restringe a capacidade de reflexão sobre os fenômenos históricos e geopolíticos que se ancoram em outras premissas. Nesse sentido, abrimos a possibilidade de analisar a atuação dos Estados Unidos da América (EUA) na primeira metade do século XX via práticas culturais, demonstrando, via institucionalização de uma política cultural para a América Latina, como esse processo foi efetivado na tentativa de construir e consolidar sua hegemonia perante o hemisfério.

Para a reconstrução desse processo, apresentamos as análises de Manuel Espinosa sobre a política cultural dos EUA a partir da década de 1930, presente na obra *Inter-American Beginning of U.S. Cultural Diplomacy*, publicada em 1976.

Espinosa (1976) aborda as relações dos EUA que se desenvolvem a partir da década de 1930 sob uma nova perspectiva, afastando-se das tradicionais relações econômicas e militares, destacando o início do esforço do governo dos EUA para promover e fortalecer as relações de cooperação com a América Latina através de intercâmbios culturais.

Analisando o histórico das relações culturais entre EUA e países da América Latina, o autor destaca que sobressai, até os anos 1930, o financiamento privado dos acordos que tinham como base a cooperação cultural. Esse período marcou o não envolvimento dos EUA com questões culturais externas (ESPINOSA, 1976).

Segundo Espinosa (1976), o governo dos EUA, a partir da Conferência Pan-Americana para a Promoção da Paz, ocorrida em 1936 em Buenos Aires, redefiniu sua tradição de não intervenção em questões culturais no cenário internacional, bem como estabeleceu as bases para o patrocínio oficial de um intercâmbio cultural e educacional a nível interamericano

Para o autor, esse encontro representou as bases para a abertura de novos canais de comunicação cultural (com grande destaque para as questões educacionais), como a Convenção para a Promoção das Relações Culturais Interamericanas, que estabeleceu o intercâmbio cultural recíproco pelos países signatários.

Com base na “solidariedade educacional”, as bases expostas na Convenção definiram o objetivo de um conhecimento mútuo entre países e instituições, marcando uma nova dimensão das relações externas dos EUA via Departamento de Estado (ESPINOSA, 1976).

Ainda segundo o autor, a partir de 1940 com a agressão do Eixo, a mobilização dos EUA sob o governo Roosevelt foi orientada por ações em diversas frentes, incluindo as relações culturais interamericanas, liderando uma gigantesca e emergencial guerra cultural. Com a iminência da Segunda Guerra e o impulso da propaganda nazista para os países latino-americanos, a dimensão cultural da política externa norte-americana reforçou a “política da boa vizinhança” de Roosevelt e a necessidade de fortalecer o hemisfério contra o ataque da propaganda nazista.

Tendo em vista o conflito militar e cultural com o Eixo, o período foi determinante para a aceleração das relações de cooperação interamericanas, tendo o presidente Roosevelt estabelecido, em 16 de agosto de 1940, o Escritório para Coordenação de Relações Comerciais e Culturais (CIAA) entre as Republicas Americanas, subordinado ao Conselho de Defesa Nacional e sob a coordenação de Nelson Rockefeller (ESPINOSA, 1976).

Espinosa (1976) destaca ainda que, embora o Escritório para Coordenação tenha transitado em importância e instabilidade quanto às suas atividades, programas de cooperação foram mantidos ao longo dos anos, desenvolvendo programas de saúde pública, agricultura e educação, que inclusive serviram como referências para programas de assistência desenvolvidos no pós-guerra, como os decorrentes do Ponto IV.

Nesse contexto, a cooperação cultural ganhou grande destaque, afirmando Espinosa (1976) que a ação do Escritório, articulada à política de Estado dos EUA, não apenas consolidou como foi redirecionando a cooperação cultural como um dos instrumentos de uma organização transnacional durante a guerra e em momentos posteriores, tornando-se os programas culturais instrumentos de fortalecimento das relações interamericanas.

A importância dos programas pode ser ratificada através dos sucessivos aumentos quantitativos de seus orçamentos. Durante os anos da guerra, os fundos direcionados pelo Congresso ao Escritório de Relações Culturais aumentaram de forma substancial, tanto do ponto de vista financeiro quanto de pessoal, destacando-se o aumento significativo do orçamento para as atividades do Coordenador, cujo orçamento inicial do programa, de aproximadamente cerca de US\$ 3,5 milhões, foi elevado para mais de US\$ 30 milhões em 1944 (ESPINOSA, 1976).

Um dos pontos marcantes dos programas de cooperação cultural foi sua dinâmica, mutável ao longo dos anos de forma a atender os interesses em jogo. Nesse cenário, uma questão primordial era como os programas de relações culturais poderiam atingir uma grande dimensão, ou seja, ser levado ao máximo de pessoas em curto espaço de tempo. Uma das remodelações dos programas foi direcionada nesse sentido, passando tais programas a serem difundidos via lideranças locais.

Espinosa (1976) afirma que os anos iniciais do programa tiveram como referência a difusão e cooperação através de lideranças nacionais ligadas a setores estratégicos da política cultural. Entre os anos de 1940 e 1941, mais de 30 intelectuais, educadores e profissionais de diversas áreas culturais visitaram e conheceram o programa de cooperação.²

Todavia, o então vice-presidente Henry Wallace, integrando o programa de cooperação à política de Estado, articulou a necessidade de alcançar as “massas” não através de lideranças nacionais, mas locais. Nesse sentido, em reunião ocorrida em 9 de Maio de 1941, o Comitê Consultivo decidiu que o programa de cooperação contemplasse a visita de administradores governamentais, líderes de grupos agrícolas e organizações rurais, jornalistas (inclusive atuantes na divulgação de atividades rurais), líderes sindicais, especialistas em educação física, educação, saúde e recreação, professores de ensino secundário de inglês e espanhol, dentre outros, ampliando tanto a relação de agentes destinatários quanto o tempo de permanência e conhecimento sobre o programa (ESPINOSA, 1976).

Espinosa destaca que durante a década de 1938 a 1948, o programa de relações educacionais e culturais movimentou cerca de 3.000 professores universitários, lideranças de influência e especialistas em vários campos, através de intercâmbios entre diversos países.

Ultrapassadas essas premissas acerca do cenário político de formatação da política cultural norte-americana, cabe abordar como esta foi operacionalizada, contemplando não apenas seu aparato institucional via a criação do CIAA, mas seus aspectos ideológicos.

A “fábrica de ideologias” de Nelson Rockefeller: a ação da CIAA e a geopolítica norte-americana

Nelson Aldrich Rockefeller (1908-1979), filho de John D. Rockefeller Jr. e Abby Aldrich Rockefeller, foi governador do Estado de Nova York (1959-1973) e vice-presidente dos Estados Unidos (1974-1977). Trabalhou junto às administrações dos presidentes Roosevelt, Truman, Eisenhower e Nixon, ocupando diversas posições nos respectivos governos. Além das atividades junto ao Estado, contribuindo para ações dos EUA perante a América Latina, exercendo as funções de diretor do Escritório de Assuntos Interamericanos (1940-1944) e Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Latino-Americanos (1944-1945), Nelson Rockefeller

² Podem ser citados como exemplos os casos de Fernando Romero, ligado a círculos educacionais e literários do Peru, Luis Valearce, Diretor do Museu de Arqueologia do Peru e Maurice Dartigue, Diretor de Educação Rural no Haiti (ESPINOSA, 1976, p.167).

possuía negócios relacionados aos setores de petróleo, imobiliário e bancário. Mas para o objeto do presente artigo, a mais importante ação de Nelson Rockefeller se deu através de ações “filantrópicas”, pautadas em questões culturais e ligadas aos seus interesses empresariais.

Colby e Dannett (1998, p. 66) destacam a função “missionária” de Rockefeller, afastando-se das ações explicitamente econômicas e militares, já na década de 1930, como forma de expansão dos interesses dos EUA. Com a política de bons vizinhos e bons aliados, Rockefeller buscava diferentes formas de “intervenção” em diversos países, ganhando destaque a América Latina, através do modelo de políticas assistencialistas em diversas áreas. Um dos exemplos apresentados pelos autores acerca das ações de Rockefeller aborda a educação como mecanismo de conquista “pacífica” do mundo. Já em 1930, as missões “pacíficas” de conquistas passaram de um viés religioso para um mais secular, como destacou o Relatório *Repensando as Missões*, de 1932, divulgando problemas relacionados à pouca efetividade das missões cristãs no controle de distúrbios sociais no Japão, China e Índia.

Esses fatos apresentados destacam que a preocupação com missões de caráter assistencialista data já das primeiras décadas do século XX, o que constituiu um caminho a ser seguido anos depois dentro de um cenário marcado por maior inserção das entidades filantrópicas de Rockefeller na geopolítica.

Para a América Latina, a década de 1930 também foi determinante para a inserção da cooperação cultural como mecanismo da política externa norte-americana, através da criação do Comitê de Cooperação na América Latina. Segundo Colby e Dannett (1998, p.119), em uma época que parecia rememorar para outra guerra mundial, “o Comitê sobre Cooperação na América Latina se voltou desesperadamente para intercâmbios culturais como forma de angariar apoio público para tratados de paz”, culminando em um plano de solidariedade hemisférica desencadeado pelos Estados Unidos.

Em países da América Latina, a atuação do Eixo buscava suscitar o antagonismo dos EUA através da penetração econômica (bancos e empresas comerciais) interligada às atividades de caráter cultural, como escolas alemãs, propaganda, estações de rádio e agências de imprensa subsidiadas ou por ele controladas (CIAA, 1947, p.3).

Tal cenário definiu um duplo sentido para a administração americana: a necessidade de se preparar para a guerra ou mesmo para uma competição com as economias ancoradas no Eixo. A condição dos países da América Latina e sua demanda por desenvolvimento, concomitante à ascensão econômica e cultural do Eixo na região, representaria um perigo à segurança do próprio EUA.

Durante o conflito, a América Latina era um importante mercado, em especial através da agricultura e da mineração. Nesse cenário, os EUA buscavam atuar na América Latina através da compra de matérias-primas e venda de produtos industrializados.

Para os norte-americanos, a atuação no domínio econômico, além de aliviar as tensões financeiras internas, seria um importante instrumento de prevenção contra a influência da propaganda nazista. Por outro lado, através dessa política, os EUA garantiriam estoques de matérias-primas enquanto bloqueavam a aquisição dos mesmos produtos pelas potências do Eixo.

Foi a partir da necessidade de criação de um Programa Econômico para o hemisfério que foi instituído o *Coordinator Of Inter-American Affairs* (CIAA)³ em 1940, sob a direção de Nelson Rockefeller.

Com a Guerra, Rockefeller abordou a necessidade de um programa interamericano de Política Econômica para o Hemisfério, apresentado em 1940, designando como objetivos a salvaguarda e o fortalecimento da economia no hemisfério via programas de cooperação que visassem o aprimoramento do intercâmbio entre os países americanos, integrando as diversas atividades em uma única agência e sob um único coordenador. Caberia à agência a realização de estudos e a efetivação de programas que correlacionassem às dimensões comercial e cultural, interligadas aos programas de defesa nacional dos EUA (CIAA, 1947).

Quanto às funções do coordenador, caberia a este manter as relações entre o Conselho Consultivo da agência e os diversos departamentos do governo, agências públicas ou privadas, tendo como objetivo a defesa do hemisfério, articulando aspectos econômicos e culturais mediante programas relacionados as artes, ciências, educação, rádio, imprensa e cinema. Caberia ainda ao CIAA participar ao Conselho de Defesa Nacional problemas encontrados nos países latino-americanos e avaliados como de potencial ameaça à segurança hemisférica e dos EUA (CIAA, 1947).

Tota (2000) também analisou as reorientações da política externa norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial, destacando que com Rockefeller atuando nos bastidores da política externa americana, o combate ao crescimento da influência do Eixo no continente deveria se pautar em mecanismos pacíficos ao antiamericanismo, principalmente através de programas de cooperação econômica e cultural. De acordo com o autor,

³Escritório criado com o objetivo de “desenvolver relações comerciais e culturais entre as repúblicas americanas”, fortalecendo “o espírito de cooperação entre as Américas no interesse da defesa do hemisfério”. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16152>. Acesso em 14 jan 2017.

Depois que o exército nazista invadiu a Dinamarca, em abril de 1940, a política externa americana precisava com urgência encontrar fórmulas que garantissem a segurança do continente. A miséria resultante do atraso econômico dos países latino-americanos poderia propiciar revoluções lideradas por nacionalistas, socialistas ou simpatizantes do nazi-fascismo, movimentos que punham em xeque os interesses dos Estados Unidos. Em meados desse ano, formou-se a Comissão Interamericana de Desenvolvimento, com o objetivo de promover as potencialidades econômicas das ‘outras Repúblicas americanas’. Aos olhos dos estrategos norte-americanos, a fraqueza – não só econômica e social, mas também militar – dos países da América Latina era uma ameaça direta aos Estados Unidos. (TOTA, 2000, p.47).

Foi através da materialização do CIAA que as ações de Rockefeller para o continente tomaram grande proporção na política norte-americana. Tendo Rockefeller à frente da agência, os programas culturais ganhavam uma interface empresarial, moldando através de programas aparentemente neutros, o projeto político-ideológico americano. Segundo Tota (2000, p. 51), Rockefeller “estava envolvido na luta contra a expansão do nazismo, mas acima de tudo prevalecia a visão política do empresário que queria afastar da América Latina os produtos alemães que concorriam com os americanos”, concluindo que “ao mesmo tempo, as propostas socialistas – que salientavam o antagonismo capital-trabalho – poderiam ser combatidas com a propaganda do modelo americano: consumo de produtos maravilhosos, progresso material e bons salários” (p. 52).

Para o autor, os projetos e conseqüentemente a atuação de Rockefeller ganharam destaque com os bloqueios econômicos ocorridos na Europa durante a Segunda Guerra. Segundo Tota (2000, p. 52), com “a tomada da França pelos nazistas, os ingleses bloquearam o continente europeu. Desapareceria um importante mercado para o Brasil e outros países da Ibero-América”. Como os Estados Unidos não conseguiriam, inicialmente, absorver sozinhos a exportação brasileira, Tota (2000, p. 52) conclui que “os homens do *Office* anteviam um colapso econômico que transformaria todo o subcontinente em campo fértil para o nazismo”.

Pelo exposto, verifica-se que a importância do CIAA não se limitava à arena econômica, mas possuía importante papel político-ideológico. Nesse contexto, o CIAA atuava, segundo Tota (2000), como uma verdadeira “fábrica de ideologias”.

De forma a materializar seus projetos, o escritório utilizava diversos aparatos culturais, relacionados a comunicação e informação. Como alerta Tota (2000, p.54-55), a “imprensa e a propaganda impressa eram meios importantes para a divulgação dos princípios do americanismo ‘fabricado’ pelo *Office*”, tendo no Departamento de Comunicações da CIAA (a espinha dorsal do escritório) um de

seus principais setores, cujo objetivo era “difundir informações positivas sobre os Estados Unidos, por intermédio de uma rede de comunicações mantida pelo CIAA”, além de contra-atacar a propaganda do Eixo.

Dessa forma, Tota expõe a importância estratégica do serviço de comunicação do CIAA pautada na ideia de “relações culturais”, tendo como principais veículos de comunicação o cinema e o rádio.

À *Motion Picture Division* (Divisão de Cinema) cabia a propagação da “liberdade nas Américas” através de uma rede de filmes comerciais e não comerciais, sendo estes destinados a “instituições de ensino, clubes, igrejas, empresas, sindicatos e organizações rurais”. (TOTA, 2000, p. 63).

À divisão de rádio, dada sua autonomia (assim como a divisão de cinema) dentro do CIAA, também cabia importante função estratégica no projeto político norte-americano. Durante a guerra, as rádios norte-americanas, que até então possuíam caráter exclusivamente comercial, assumiram importante papel ideológico no combate às rádios fomentadas pelo Eixo. Do mais, a propaganda norte-americana ganharia grande dimensão geográfica, expandindo de forma significativa a ideologia norte-americana. Tanto que, segundo Tota (2000, p.74), “a divisão de Rádio era a menina dos olhos de Rockefeller”. Ele raciocinava, com razão, que o rádio poderia alcançar um público mais amplo, e de todas as classes sociais, incumbindo agentes do escritório a “viajar pela América Latina para avaliar as condições de implantação de um programa de radiodifusão”. (TOTA, 2000, p. 74).

Embora o CIAA tenha começado as operações no campo cultural em 1940, compreendendo uma série de projetos, depois de Pearl Harbor, muitos destes foram encerrados o mais rápido possível porque foram considerados menos essenciais do que as atividades em outros campos. Porém, mantiveram-se com a CIAA programas considerados emergenciais no campo cultural, como os voltados para a educação vocacional de adultos (CIAA, 1947).

Importante ressaltar que mesmo o conflito interno entre agências norte-americanas, cuja justificativa eram as *prioridades da guerra*, não afastou, de forma definitiva, a importância dos programas culturais.

Mesmo com o planejamento e a realização de determinados programas relacionados a educação, saúde e área econômica, o CIAA, tendo em vista a escassez de materiais causados pela guerra, problemas de jurisdição e a concomitância no campo econômico da ação de outras agências governamentais, não obteve a plenitude de suas ações, ainda mais quando analisada a ineficácia da realização de uma base comum dos programas realizados na América Latina (CIAA, 1947).

As funções atribuídas à Junta Consultiva, integrando CIAA e Departamento de Estado, foram mantidas devido a importância no cenário da Segunda Guerra de definir uma política básica de relações culturais a serem seguidas no hemisfério. Nesse sentido, foram defendidas a divisão de funções e a alocação de projetos e subsídios provenientes dos fundos do CIAA, do Departamento de Estado e das demais agências governamentais e privadas (CIAA, 1947).

Quando os Estados Unidos entraram ativamente na Guerra, o Comitê de Política do CIAA imediatamente considerou a conveniência de reorientar o programa da Divisão de Relações Culturais com vista a “duplicar todos os esforços culturais e acelerar sua execução, mas com novo sotaque para um novo desenvolvimento” (CIAA, 1947, p. 92).

Um estudo foi feito imediatamente acerca dos projetos em operação, e cada um foi considerado à luz da nova situação. Estes projetos foram classificados em quatro categorias, da seguinte forma: *Classe A*: aqueles que têm imediato significado para defesa nacional; *Classe B*: aqueles que têm sentido secundário para a defesa nacional, incluindo aí a propaganda; *Classe C*: aqueles que têm uma influência imediata em melhorar a imagem dos Estados Unidos perante a América Latina; *Classe D*: aqueles que têm uma influência de longo alcance na promoção e desenvolvimento do hemisfério. Reconheceu-se que poucos projetos da Divisão de Relações Culturais estavam na *Classe A*, e que os da *Classe B* foram as principais preocupações nesse contexto, incluindo atividades de saúde e segurança, treinamento médico e odontológico e habitação. Na *classe C* houve uma série de projetos preocupados em trazer pessoas de influência em todos os campos de outros países americanos para os Estados Unidos, a fim de promover seu interesse e entusiasmo pela solidariedade hemisférica. Por fim, houve uma proporção de projetos definidos na *Classe D*, que deveriam ter caráter contínuo, indicando a sinceridade do interesse dos Estados Unidos no hemisfério como um todo (CIAA, 1947).

No contexto destas redefinições para a área educacional, o CIAA criou uma subsidiária, a *Inter-American Educational Foundation*. Ligada ao esforço da guerra, as atividades gerenciadas pela subsidiária abrangiam o implemento de programas educacionais via cooperação com os países da América Latina, enfatizando a formação de profissionais de saúde, treinamento de professores, desenvolvimento de comunidades e escolas, além de programas de educação rural destinados à melhoria da agricultura e dos padrões de vida das comunidades rurais (CIAA, 1947).

As operações da *Inter-American Educational Foundation* tinham quatro grandes categorias, que deveriam ser implementadas nos países da América Latina de diferentes formas, levando-se em consideração aspectos sócio-estruturais de cada país. De acordo com seus respectivos destinatários, foram assim efetivados os programas orientados pela agência: a) educação vocacional em países como

República Dominicana, Panamá, Paraguai, Peru e Brasil (em menor número), b) formação de professores nos países da América Central, Equador e Haiti; c) ensino secundário no Chile; e d) Educação Rural na Bolívia e no Brasil (CIAA, 1947).

Como visto, a iminência do fim da Segunda Guerra trazia a necessidade de redefinição dos instrumentos de ação político-ideológica, ganhando destaque novas formas de intervenção, e nesse sentido, a educação ganhou uma nova abordagem, ligada a todo um conjunto de perspectivas teóricas e ideológicas que se consolidavam na década de 1940. Mesmo com o encerramento das atividades do CIAA, a *Inter-American Educational Foundation* manteve seus projetos culturais nos anos seguintes.

Considerações finais

Mais que um instrumento da geopolítica em um contexto histórico específico, é importante ressaltar o legado da política cultural norte-americana nos anos que sucederam à Segunda Guerra Mundial.

Terminado o conflito, as tradicionais formas de dominação foram remodeladas, assumindo a benevolência uma forma de ocultar as práticas imperialistas. A formação de um *novo mundo* manteve sistemas hegemônicos de poder mediante novas e elaboradas categorias de dominação.

Um destes exemplos é a teoria da *modernização*, entendida não apenas sob seu aspecto técnico-científico, mas que contempla mudanças culturais dos sujeitos deste processo. Tal fenômeno, embora tenha se tornado um paradigma dominante do desenvolvimento econômico, social e político a partir da década de 1950, materializado como potencial instrumento da política externa norte-americana teve uma extensão temporal maior.

Michael Adas (2003) afirma que a idéia de modernização já estava presente em tarefas realizadas por diversos agentes, como missionários, educadores e engenheiros que promoveram mudanças culturais, políticas e econômicas em diversos lugares do mundo antes do *boom* modernizante do pós-guerra.

O sistema internacional do pós-guerra, pautado na hegemonia dos Estados Unidos, foi orientado a nível global por categorias que ultrapassam a dimensão ideológica que se estabelecerá durante a Guerra Fria. O entusiasmo que proliferou nas diversas regiões do mundo sob a tutela do aumento da produção e da elevação dos padrões de vida, culminando em um conjunto de ações e políticas de Estado

(muitas relacionadas à práticas culturais) nos permite analisar e compreender as forças globais (não se limitando aos conflitos entre as principais potências) que definiram a geopolítica da Guerra Fria.

Trata-se, portanto, como sugere Adas (2003) de analisar a totalidade das práticas que se respaldam nessa categoria, como um conjunto de planos e projetos culturais, econômicos e políticos destinados à legitimação de um projeto político, promovendo o crescimento do chamado *Terceiro Mundo*, enquanto que dentro do sistema global de poder, concomitantemente, combatiam o comunismo.

Dentro desse novo sistema de poder que se inicia no pós-guerra, qual a importância política, econômica e estratégica da América Latina? E os novos mecanismos de intervenção, quais e como seriam efetivados? Tratam-se apenas de formas de intervenção nas Nações soberanas? Como se deram as ações dos grupos locais frente ao novo cenário global e as categorias dele decorrentes? Qual a função da cultura nessas redefinições dos mecanismos de intervenção/dominação? São questões que merecem um debate maior.

Acreditamos que o presente artigo possa contribuir para a análise e compreensão destas e outras questões relacionadas à geopolítica e às relações entre EUA e América Latina.

Referências

ADAS, Michael. Modernization theory and the American revival of the scientific and technological standards of social achievement and human worth. In: ENGERMAN, David C., GILMAN, Nils, HAEFELE, Mark H. e LATHAM, Michael (ed.). **Staging growth. Modernization, development, and the Global Cold War**. Amherst: University of Massachusetts Press, 2003.

CIAA. **History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs. Historical reports on war administration**. CIAA, United States Government Printing Office Washington: 1947.

COLBY, Gerard; DENNETT, Charlotte. **Seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo**. Tradução de Jamari França. Rio de Janeiro: Record, 1998.

ESPINOSA, J. Manuel. **Inter-American Beginning of U. S. Cultural Diplomacy (1936-1948)** Washington D.C: US Department State. Bureau of Educational and Cultural Affairs, Historical Studies, N. 2, 1976.

TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

Recebido em agosto de 2018.

Publicado julho de 2019.